

# OCUPAÇÃO, RENDA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ENTRE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA FOME ZERO: O CASO DO MUNICÍPIO DE GUARIBAS (PI)<sup>1</sup>

Maria Odete Alves<sup>2</sup>  
Airton Saboya Valente Junior<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente estudo constitui uma avaliação preliminar do Programa Fome Zero (PFZ). Objetivou-se criar uma linha de base para que seja possível construir indicadores que deverão ser monitorados e avaliados ao longo do tempo. Para tanto, foram selecionadas algumas localidades, dentre as quais o município de Guaribas no sertão do Piauí, visando a realização de diagnósticos municipais bem como à elaboração do perfil dos beneficiários do referido Programa. As informações colhidas na pesquisa de campo permitem concluir que o nível de pobreza das famílias elegíveis para o PFZ, e a conseqüente situação de insegurança alimentar afetando referidas famílias, decorrem de quatro dimensões principais: baixos níveis de escolaridade; precariedade de inserção ocupacional; baixos níveis de renda; e ausência de atendimento das necessidades coletivas.

**Palavras-chaves:** Segurança Alimentar, Programa Fome Zero Avaliação de Políticas Públicas, Fome Zero.

**Grupo de Trabalho:** Iniciativas para o fortalecimento da agricultura familiar.

## 1. INTRODUÇÃO

O reconhecimento oficial do direito universal à alimentação está expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário. Implica dizer que nenhuma restrição à alimentação pode ser aceitável, tendo em vista que o bem-estar nutricional é um direito humano. Tal reflexão remete à questão da segurança alimentar e nutricional e à necessidade de definição do seu conceito.

A expressão segurança alimentar e nutricional (SAN), como princípio geral, pode ser definida como “...a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (CNSAN, 2004, p.1). A ausência dessas condições pode ser gerada por quatro fatores, conforme revisão

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado na Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), ocorrido entre os dias 27 a 31 de julho, em Cuiabá – MT.

<sup>2</sup> Engenheira Agrônomoa, Mestre em Administração Rural e Desenvolvimento e pesquisadora do BNB-ETENE. Endereço: Av. Paranjana, 5.700 – Bloco A2 Térreo – Passaré - CEP: 60740-000 – Fortaleza (CE). Correio Eletrônico: [moalves@bnb.gov.br](mailto:moalves@bnb.gov.br).

<sup>3</sup> Economista, Mestre em Economia Rural, Doutorando em Economia Internacional e pesquisador do BNB-ETENE. Endereço: Av. Paranjana, 5.700 – Bloco A2 Térreo – Passaré; CEP: 60740-000 - Fortaleza (CE). Correio Eletrônico: [asvjunior@bnb.gov.br](mailto:asvjunior@bnb.gov.br).

de literatura elaborada por Pessanha (1998): 1. Escassez de produção e oferta de produtos alimentares; 2. Distribuição desigual dos alimentos entre os membros da sociedade; 3. Baixa qualidade nutricional e contaminação dos alimentos consumidos pela população; e 4. Falta de acesso ou monopólio sobre a base genética do sistema agroalimentar. Daí se concluir que a noção de segurança alimentar e nutricional inclui quatro conteúdos, a saber: a) garantia de produção e oferta de alimentos; b) garantia do direito universal de acesso aos alimentos; c) garantia de qualidade sanitária e nutricional dos alimentos consumidos; d) garantia de conservação e controle da base genética do sistema agroalimentar.

Os problemas de insegurança alimentar e nutricional afetam, sobretudo, os segmentos sociais cujo acesso aos alimentos é precário, seja por insuficiência de renda ou incapacidade de produção para o auto-consumo. Significa que de modo geral, a pobreza é a principal causa do acesso insuficiente aos alimentos. É neste contexto que emerge o Programa Fome Zero (PFZ), com o objetivo geral de “...incorporar ao mercado de consumo de alimentos aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho e/ou que têm renda insuficiente para garantir uma alimentação digna a suas famílias” (Instituto de Cidadania, 2001). Surge como uma resposta ao perverso modelo de política adotado no Brasil, pois o referido programa está desenhado para ir além do mero combate à fome. Prevê o desenvolvimento econômico privilegiando o crescimento com distribuição de renda. Busca, portanto, quebrar o círculo vicioso da fome provocado pela falta de políticas de geração de emprego e renda, que fomenta a crescente concentração de riquezas do atual modelo adotado no País. É um programa do Governo Federal que envolve todos os ministérios e conta com a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), para a coordenação das ações.

A abrangência e a diversidade das situações que caracterizam o público da segurança alimentar e nutricional implicam a necessidade de utilização de instrumentos diversos e formas de ação social voltadas para o enfrentamento de situações emergenciais de fome, de caráter estrutural e local. Assim, o PFZ inclui **ações estruturais**, com políticas voltadas para as causas da fome e da pobreza (geração de emprego e renda, previdência social, incentivo à agricultura familiar, intensificação da reforma agrária, bolsa escola e renda mínima); **ações específicas**, com políticas direcionadas ao atendimento das famílias (cartão-alimentação, cestas básicas emergenciais, combate à desnutrição materno-infantil, ampliação da merenda escolar, educação para o consumo, dentre outras) e **ações locais**, com políticas a serem implementadas pelas prefeituras e sociedade civil (Belik, 2003; MESA, 2003).

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Instituição Pública Federal, tem o papel de desenvolver a Região e, mais que isso, a responsabilidade social de se engajar no PFZ, oferecendo os instrumentos e mecanismos de que dispõe, de forma a contribuir efetivamente para a redução da pobreza e para as mudanças estruturais necessárias no Nordeste, mais especificamente, através de ações voltadas para o aumento da renda por meio de políticas que incorporem o incentivo à agricultura familiar, além do já tradicional apoio à agricultura patronal. Neste sentido, o BNB se propôs a estabelecer um PLANO DE AÇÃO com base nos instrumentos e mecanismos de que dispõe, levando em conta suas características de instituição financeira e respeitando os limites territoriais de sua área de atuação<sup>4</sup>.

Há, também, a determinação de se realizar avaliações periódicas das ações da Instituição no âmbito do Programa, havendo, dessa forma, a necessidade de se criar uma LINHA DE BASE para que seja possível construir os INDICADORES que deverão ser MONITORADOS e avaliados ao longo do tempo. Para tanto, foram selecionadas algumas localidades, pertencentes à área de atuação do BNB, objetivando a realização de diagnósticos municipais, bem como a elaboração do perfil dos beneficiários do PFZ. O estudo de caso do município de Guaribas é apresentado a seguir.

---

<sup>4</sup> Estados do Nordeste e municípios do Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e Norte do estado do Espírito Santo.

## 2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A coleta de informações para compor o diagnóstico municipal bem como para estabelecer a linha de base dos beneficiários do PFZ constou de três etapas: na primeira, coletaram-se dados secundários (de diversas fontes) sobre o Município, tendo-se como premissa a obtenção de indicadores econômicos e sociais; na segunda etapa, colheram-se informações primárias a partir de visita exploratória a Guaribas, a fim de inserir o conhecimento e a percepção dos diferentes segmentos da sociedade sobre a realidade local; e na terceira etapa realizou-se pesquisa de campo para a obtenção de informações junto às comunidades locais.

O recolhimento das informações, através da pesquisa de campo, foi realizado por meio da aplicação de questionários semi-estruturados, os quais foram ministrados por agentes de desenvolvimento do BNB com atuação no Município. Preliminarmente à visita a campo, o entrevistador foi submetido a treinamento sobre o Programa Fome Zero, a metodologia do trabalho a ser implementado e sobre o preenchimento dos questionários. O universo pesquisado foi considerado como sendo o total de beneficiários do Cartão Alimentação na ocasião da pesquisa, definido pelo Comitê Gestor local do Programa Fome Zero.

Os questionários foram aplicados a uma amostra de 32 beneficiários levando-se em conta os cortes territorial (rural e urbano) e de gênero (homem e mulher), e observando-se a proporção de cada uma dessas variáveis no universo pesquisado. Os entrevistados foram sorteados a partir do cadastro fornecido pelo então Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA (Tabela 1).

TABELA 1. Beneficiários do Programa Fome Zero em Guaribas

Distribuição (territorial e gênero)	Universo		Amostra	
	Beneficiários	%	Beneficiários	%
<b>Rural</b>	<b>370</b>	<b>74</b>	<b>19</b>	<b>59</b>
- homens	179	36	7	22
- mulheres	191	38	12	37
<b>Urbano</b>	<b>130</b>	<b>26</b>	<b>13</b>	<b>41</b>
- homens	50	10	7	22
- mulheres	80	16	6	19
<b>Total</b>	<b>500</b>	<b>100</b>	<b>32</b>	<b>100</b>

Fonte: Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA

## 3. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE GUARIBAS

O município de Guaribas situa-se no semi-árido nordestino, no sudeste do Piauí, e está localizado a 517 km da capital Teresina. Guaribas abriga uma população de 4.814 habitantes, dos quais 81% residem no meio rural. No que respeita à distribuição etária, existe elevado contingente de crianças e jovens na faixa de 0 aos 15 anos (45% do total da população do Município), o que implica uma grande demanda por escolas formais. Considerando ainda que aproximadamente 50% da população está na faixa etária dos 15 aos 59 anos, ou seja, em idade ativa, é grande também a demanda por postos de trabalho. Apenas 5% da população têm idade superior a 59 anos (BNB, 2003).

A renda *per capita* do município de Guaribas (estimada em US\$ 125 em 1998) situa-se bem abaixo quando comparada com a renda *per capita* do Piauí (US\$ 1.405 em 1998) e do próprio sertão do Piauí (US\$ 719 em 1998). Conforme informações colhidas junto ao comitê

local que coordena as ações do Programa Fome Zero, cerca de 84% da população ganha entre zero e 1 salário mínimo. Embora os habitantes de Guaribas sejam extremamente solidários, de acordo com o comitê gestor local do PFZ, é difícil selecionar beneficiários para receber o Cartão Alimentação, considerando-se a pobreza generalizada no Município. Os técnicos do Comitê afirmam que a fonte de proteína na dieta alimentar dos habitantes do Município é basicamente vegetal e informam que a pessoa mais pesada não ultrapassa os 76 kg (BNB, 2003).

A taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais em Guaribas é elevada e superior à média do Estado, ou seja, aproximadamente 59% da população do Município, em idade economicamente ativa, não possui nenhum nível de escolaridade. Em Guaribas observa-se, ainda, que elevado percentual dos moradores não possui documentação, o que certamente dificulta o exercício da cidadania.

O Município apresenta baixo IDH (0,478), contra 0,534 no Piauí e 0,548 no Nordeste. A taxa de mortalidade infantil é elevada (em torno de 59 crianças a cada 1000 nascidos vivos), cerca de duas vezes o índice apresentado pelo Sudeste do País (25/1000). De acordo com estimativas do BNB, o percentual de pobres na população do Município é de 79%, contra 48% no Piauí e 49% no Nordeste. Registre-se ainda que 84% da população do meio rural, em Guaribas, é considerada pobre (contra 62% no Piauí e 49% no Nordeste), o que implica dizer que a pobreza do Município é explicada, em parte, pelo baixo desempenho do setor agropecuário (BNB, 2003).

#### 4. PERFIL DO BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA FOME ZERO

Conforme definido na amostra do presente estudo, 19 entrevistados residem no meio rural (sendo 12 entrevistadas do sexo feminino e 7 do sexo masculino), enquanto que 13 residem no meio urbano (sendo 7 do sexo masculino e 6 do sexo feminino).

Na Tabela 2, abaixo é possível observar as médias de idade, estatura e peso dos beneficiários do PFZ em Guaribas. Relativamente jovens, os entrevistados possuem idade média de 31 anos. No meio rural, a idade média também é de 31 anos, enquanto que no meio urbano a média é de 29 anos. A idade média dos homens é mais elevada quando comparada com a média das mulheres (32 e 30 anos, respectivamente).

A estatura média é relativamente baixa (1,58m), sendo que no meio rural a estatura média é ainda menor: 1,55m contra 1,63m no meio urbano. A estatura média dos homens e das mulheres é de 1,63 e 1,55 m, respectivamente. O peso médio dos entrevistados é de 54 Kg, o que implica um índice de massa corporal - IMC<sup>5</sup> médio de 21,6. Observe-se que a Organização Mundial de Saúde estabelece que IMC menor que 18,5 (para pessoas acima de 24 anos) é indicativo de déficit energético nos indivíduos. Índices entre 18,5 e 25,0 são considerados pesos normais. Os IMCs médios para os espaços rural e urbano foram de 21,6 e 21,0, respectivamente, enquanto que a média para homens e mulheres foi de 21,4 e 21,2, respectivamente.

*TABELA 2. Perfil dos Entrevistados em Guaribas*

<b>Discriminação</b>	<b>Idade Média</b>	<b>Estatura Média</b>	<b>Peso Médio</b>
<i>Rural</i>	31	1,55	52
<i>Urbano</i>	29	1,63	56
<i>Homem</i>	32	1,63	57
<i>Mulher</i>	30	1,55	51
<i>Total dos Entrevistados</i>	31	1,58	54

Fonte: Pesquisa de Campo

<sup>5</sup> IMC = Peso / (Altura)<sup>2</sup>

No que diz respeito à escolaridade, observa-se elevado nível de analfabetismo entre os beneficiários do PFZ (Tabela 3). Enquanto que 40,6% dos entrevistados declaram não possuir nenhum grau de instrução, 15,6% revelam serem somente alfabetizados. A título de comparação, a taxa de analfabetismo do Nordeste é de 23,3%. O ensino fundamental incompleto representa o ápice do grau de escolaridade entre as pessoas pesquisadas, ocorrendo entre 43,8% dos entrevistados. Por conseguinte, não se registrou nenhum entrevistado com o ensino fundamental concluído, muito menos com níveis mais elevados de educação. As condições de instrução das mulheres são ainda mais precárias, quando comparadas com os níveis educacionais dos homens. A totalidade dos entrevistados afirmou que os filhos possuem acesso à escola, devendo-se registrar, contudo, que a oferta de educação formal em Guaribas restringe-se apenas ao nível fundamental.

*TABELA 3. Nível de Escolaridade do Entrevistado*

Nível de Escolaridade	Sem Instrução		Alfabetizado		Ensino Fundamental Incompleto	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Homem	5	35,7	3	21,4	6	42,9
Mulher	8	44,4	2	11,1	8	44,4
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>40,6</b>	<b>5</b>	<b>15,6</b>	<b>14</b>	<b>43,8</b>
Urbano	3	23,1	1	7,7	9	69,2
Rural	10	52,6	4	21,1	5	26,3
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>40,6</b>	<b>5</b>	<b>15,6</b>	<b>14</b>	<b>43,8</b>

Fonte: Pesquisa de Campo

As famílias dos entrevistados são constituídas, em média, por 5,41 pessoas e 2,10 crianças (até 15 anos). O tamanho médio das famílias no rural e no urbano é de 5,89 e 4,69 pessoas, respectivamente. O número médio de crianças por domicílio no rural e no urbano é de 2,58 e 1,38, respectivamente. No Nordeste, o tamanho médio das famílias é 3,6 pessoas. A composição familiar típica dos entrevistados é formada pelo casal com filhos, podendo o tamanho da família variar de 3 até 7 ou mais pessoas. Parentes residindo com o casal e filhos também mostrou-se bastante freqüente entre os entrevistados. Considerando que a idade média dos entrevistados é relativamente jovem, é de se esperar que o tamanho dessas famílias tenda a crescer em um futuro próximo (Tabela 4).

*TABELA 4. Tipos de Famílias e Número de Pessoas entre os Entrevistados*

Tipos de Família	Número de Pessoas							Total
	1	2	3	4	5	6	7 ou +	
Casal	-	1	-	-	-	-	-	1
Casal com filhos	-	-	4	6	5	1	-	16
Monoparentais	-	-	1	-	-	-	-	1
Monoparentais e parentes	-	-	-	-	-	-	-	0
Biparental e parentes	-	-	-	1	5	1	7	14
Total	0	1	5	7	10	2	7	32

Fonte: Pesquisa de Campo

## 5. OCUPAÇÃO E RENDA

A totalidade dos entrevistados da pesquisa trabalha na informalidade, ou seja, não possui emprego, mas ocupações e, conseqüentemente, não faz jus aos benefícios sociais da legislação trabalhista. O percentual de informalidade registrado entre os entrevistados (100%)

está bem acima das médias nacionais e para o Nordeste. Assim é que, no Brasil, os trabalhadores informais correspondem a 71% do emprego total na agricultura, enquanto que no Nordeste o percentual de pessoas ocupadas na agricultura sem carteira de trabalho assinada é de 83%. Referidos percentuais atestam o elevado grau de informalidade das atividades agrícolas, e particularmente, entre os entrevistados da pesquisa. Assim, a condição de agricultor, o baixo nível de escolaridade e a oferta restrita de emprego formal em Guaribas exercem grande influência no que diz respeito à predominância de ocupações meramente informais.

As atividades agrícolas predominam entre os entrevistados – 93,8% se autodenominaram agricultores enquanto que os 6,2% restantes afirmaram ser serventes (esses últimos são todos do sexo masculino). Interessante observar que no meio rural somente dois entrevistados não são agricultores e no meio urbano todos os entrevistados são agricultores, o que implica dizer que Guaribas é um município tipicamente rural possuindo um pequeno núcleo urbano, no caso a sede municipal.

Entre os entrevistados, somente 21,9% declararam pagar algum tipo de previdência para fins de aposentadoria (todas do sexo feminino e agricultoras). Daqueles residentes no meio urbano, somente 15,4% pagam algum tipo de instituição para fins de aposentadoria. Mesmo entre aqueles que residem no meio rural, onde há alguma facilidade de acesso à previdência rural, é baixo o percentual de entrevistados que contribuem com algum tipo de previdência (26,3%). Nenhum dos entrevistados recebe benefícios referentes à previdência, seja pública ou privada. Não é de se estranhar, tendo em vista que a média de idade entre eles é de apenas 31 anos.

O público cadastrado no Programa Fome Zero se enquadra no perfil das pessoas que estão impossibilitadas de contribuir para instituições previdenciárias, em função da renda insuficiente (rendimento médio entre 1 e 2 salários-mínimos), falta de acesso a informações sobre questões previdenciárias, além das condições ocupacionais (trabalhadores empregados sem carteira, trabalhadores domésticos e trabalhadores por conta-própria). A título de comparação, os percentuais de cobertura previdenciária, no Brasil, são de 42,3% para a população ocupada e 60,2% para a população ocupada restrita (nessa última se excluem os menores de 16 e maiores de 59 anos e os que ganham menos do que um salário mínimo).

O chefe da família, na maioria dos domicílios, é o esposo ou esposa (53,1%), sendo que em 34,4% dos casos é o próprio entrevistado. Apenas 9,4% dos domicílios têm o pai do entrevistado como chefe da família e em somente 3,1%, o sogro do entrevistado é o chefe da família.

Veja-se que 96,9% dos entrevistados (o que corresponde a 31 deles) declararam que o chefe da família está desempregado. Esse dado confirma a tese de que a maioria exerce a atividade agrícola e que, por isso, se considera desempregado. Da mesma forma, o entrevistado declara que não há outras pessoas da família trabalhando, o que demonstra, por um lado, que todos praticam atividades agrícolas e/ou possuem alguma ocupação não agrícola, de forma que prevalece uma situação de insegurança em termos de ganhos monetários nessas famílias. Em suma, os entrevistados se consideram desempregados pelo fato de não possuírem emprego assalariado e formal, carteira de trabalho assinada ou ainda renda constante durante o ano.

Em termos médios, a renda monetária mensal por domicílio é de R\$ 152,83 (aproximadamente US\$ 53), enquanto que a renda monetária mensal *per capita* é de apenas R\$ 28,27 (aproximadamente US\$ 10). As rendas monetárias mensais por domicílio rural e urbano foram, em média, de R\$ 155,50 e R\$ 148,92, respectivamente. A renda *per capita* no rural e no urbano é de R\$ 26,37 e R\$ 31,74, respectivamente. Registre-se que os benefícios governamentais (Vale Gás, Bolsa Escola e principalmente o Cartão Alimentação do PFZ) constituem parte substancial da renda monetária dos entrevistados. Em média, referidos

benefícios representam 41,0% do total da renda monetária dessas famílias. Conseqüentemente, a ausência dos citados benefícios governamentais implicaria drástica redução da renda monetária dos entrevistados, ou seja, a renda monetária por domicílio seria, em média, apenas R\$ 90,17 (aproximadamente US\$ 31), o que acarretaria uma renda monetária mensal *per capita* de apenas R\$ 16,68, o equivalente a aproximadamente US\$ 6 (Tabela 5).

**TABELA 5. Renda Monetária dos Entrevistados**

<b>Residência</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbano</b>	<b>Total</b>
Quantidade de pessoas residentes	112	61	173
Quantidade de crianças	49	18	67
Renda Monetária	2.954,50	1.935,99	4.890,49

Fonte: Pesquisa de Campo

Considerando-se as faixas de renda dos entrevistados, aproximadamente 31% das famílias possuem renda monetária mensal de até R\$ 100,00 (aproximadamente US\$ 35), cerca de 78% das famílias possuem renda monetária mensal de até R\$ 200,00 (aproximadamente US\$ 70), enquanto que 97% recebem até R\$ 300,00. Apenas 3% das famílias possuem renda monetária mensal acima de R\$ 300,00, equivalente a aproximadamente US\$ 103 (Tabela 6).

**TABELA 6. Faixas de Renda dos Entrevistados<sup>6</sup>**

<b>Faixas de Renda (R\$)</b>	<b>Total</b>		<b>Rural</b>		<b>Urbano</b>	
	<b>Qtd.</b>	<b>%</b>	<b>Qtd.</b>	<b>%</b>	<b>Qtd.</b>	<b>%</b>
000 – 100	10	31,25	8	42,11	2	15,38
101 – 200	15	46,88	7	36,84	8	61,54
201 – 300	6	18,75	3	15,79	3	23,08
301 – 400	-	-	-	-	-	-
401 – 500	1	3,12	1	5,26	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>100,00</b>	<b>19</b>	<b>100,00</b>	<b>13</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa de Campo

Além do Cartão Alimentação, parte dos entrevistados faz jus ao recebimento de outros tipos de ajuda ou benefícios, tais como o Vale Gás (17 famílias) e Bolsa Escola (apenas 8 domicílios ou 19 crianças beneficiadas). Os benefícios governamentais totalizaram R\$ 2.012,50, ou seja, as ajudas recebidas totalizaram R\$ 62,88 por família (aproximadamente US\$ 22) ou R\$ 11,63 *per capita*, aproximadamente US\$ 4 (Tabela 7).

**TABELA 7. Distribuição dos Benefícios Governamentais Recebidos pelos Entrevistados**

<b>Benefício</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Nº de Domicílios</b>	<b>Nº de Crianças nos Domicílios</b>
Benefício Total	2.012,50	32	67
Benefício Vale Gás	127,50	17	43
Benefício Bolsa Escola	285,00	8	19
Benefício Cartão Alimentação	1.600,00	32	67

Fonte: Pesquisa de Campo

<sup>6</sup> Os benefícios governamentais, a exemplo do Bolsa-Escola, do Vale-Gás e do Cartão-Alimentação, estão computados no cálculo da renda monetária dos entrevistados.

Independente da metodologia que se adote para mensurar a pobreza ou indigência dos entrevistados da pesquisa, é possível afirmar que as famílias não têm renda monetária suficiente para ter acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Acrescente-se que dado o baixo nível de renda monetária dos entrevistados, é de se esperar que, para algumas famílias, os benefícios governamentais não serão suficientes para lhes garantir segurança alimentar e nutricional.

## 6. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

No entender de Pessanha (1998), dois fatores determinam o acesso aos alimentos, quais sejam: “*o poder aquisitivo necessário para os indivíduos que atuam em mecanismos descentralizados de produção e consumo; e a propriedade de meios de produção de alimentos no caso dos produtores rurais de alimentos de subsistência*”. Com base nessa premissa, buscou-se, explorar, nas Tabelas 8 e 9, a seguir, os conteúdos referentes às questões ligadas à capacidade de acesso da população aos alimentos, bem como à qualidade nutricional dos alimentos por ela consumidos, seja nos seus aspectos nutricional ou sanitário<sup>7</sup>.

A quantidade e a qualidade do acesso a alimentos dos entrevistados e de suas famílias são mostradas nas Tabelas 8 e 9. Conforme aparece na Tabela 8, em 53,3% dos domicílios observados as famílias têm acesso a alimentos em quantidade suficiente, enquanto que 46,7% não conseguem o acesso à quantidade por eles considerada mínima. A situação é mais grave no meio rural, onde 68,4% dos domicílios declaram não ter acesso à quantidade suficiente de alimentos. No meio urbano, este percentual cai para 15,4%. Entretanto, conforme se pode observar na Tabela 9, boa parte dos entrevistados (59,4%) considera os alimentos disponíveis de má qualidade, sendo no meio rural o mais elevado índice (63,2%). Tanto em termos de quantidade quanto de qualidade, os entrevistados do meio urbano têm as melhores condições de alimentação.

*TABELA 8. Acesso Anual a Alimentos, em Termos de Quantidade, por parte das Famílias*

<b>Quantidade Anual de Alimentos</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	<b>Rural</b>	<b>%</b>	<b>Urbano</b>	<b>%</b>
Suficiente	17	53,3	6	31,6	11	84,6
Insuficiente	15	46,7	13	68,4	2	15,4

Fonte: Pesquisa de campo

*TABELA 9. Acesso Anual a Alimentos, em Termos de Qualidade, por parte das Famílias*

<b>Qualidade dos Alimentos</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>	<b>Rural</b>	<b>%</b>	<b>Urbano</b>	<b>%</b>
Boa qualidade	13	40,6	7	36,8	6	46,2
Má qualidade	19	59,4	12	63,2	7	53,8

Fonte: Pesquisa de campo

<sup>7</sup> Cabe considerar que todas as inferências sobre quantidade e qualidade dos alimentos consumidos pelos entrevistados e suas famílias foram feitas com base nos pontos de vista dos próprios entrevistados e no seu grau de entendimento e nível de informação sobre a questão. Significa que o julgamento expresso sobre quantidade e qualidade ideais dos alimentos consumidos não necessariamente reflete as condições ideais em termos de atributos nutricionais e sanitários adequados às necessidades dessas famílias (alimentos com boas qualidades nutricionais e livres de contaminações de natureza química, biológica e física etc).

Nas Tabelas seguintes, serão analisados os tipos refeições cotidianas das famílias e a frequência com que ocorrem. Também serão observados os principais alimentos consumidos pelo público-alvo da pesquisa e a frequência com que isso ocorre.

Nas Tabelas 10 a 15 é possível detectar em que nível ocorre o acesso às principais refeições diárias, em termos de diversidade e frequência. A primeira observação a ser feita é que, para o entrevistado e adultos das famílias (Tabela 10), não está assegurado o acesso a 3 refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar), o mínimo considerado necessário para a segurança alimentar do grupo. Apesar de todos terem acesso diário ao almoço e quase todos (90,6%) terem acesso diário ao jantar, verifica-se que estas são as refeições com maior peso em sua dieta alimentar, considerando-se que 56,3% não têm acesso ao café da manhã, uma vez sequer durante a semana. Também, somente 6,3% fazem o desjejum durante todos os dias da semana e 35,0% têm assegurada essa refeição por apenas 3 dias na semana. No que se refere à merenda, 93,8% do grupo nunca têm acesso a esse tipo de refeição.

*TABELA 10. Tipos e Quantidade de Refeições Diárias Realizadas pelo Entrevistado e Adultos das Famílias*

Refeição	Frequência							
	Nenhuma vez	1 vez por semana	2 vezes por semana	3 vezes por semana	4 vezes por semana	5 vezes por semana	6 vezes por semana	7 vezes por semana
Café da manhã / Desjejum	18	1	2	8	1	0	0	2
Almoço	0	0	0	0	0	0	0	32
Jantar	0	0	0	0	3	0	0	29
Lanches / Merendas	30	0	1	1	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo

É possível observar, também, que entre os adultos, é mais grave a situação no meio urbano (Tabelas 11 e 12), onde são mais elevados os percentuais dos que nunca têm acesso a café da manhã (76,9% contra 42% no meio rural) e a merendas (100,0% contra 94,7% no meio rural).

*TABELA 11. Tipos e Quantidades de Refeições Diárias Realizadas pelo Entrevistado e Adultos das Famílias Rurais*

Consumo de Alimentos (Adultos) (Zona Rural = 19 Entrevistados)								
Refeição	Frequência							
	Nenhuma Vez	1 vez por semana	2 vezes por semana	3 vezes por semana	4 vezes por semana	5 vezes por semana	6 vezes por semana	7 vezes por semana
Café da manhã / Desjejum	8	1	1	7	1	0	0	1
Almoço	0	0	0	0	0	0	0	19
Jantar	0	0	0	1	2	0	0	16
Lanches / Merendas	18	0	1	0	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo

*TABELA 12. Tipos e Quantidades de Refeições Realizadas pelo Entrevistado e Adultos das Famílias Urbanas*

**Consumo de Alimentos (Adultos) (Zona Urbana = 13 Entrevistados)**

Refeição	Frequência							
	Nenhum a vez	1 vez por semana	2 vezes por semana	3 vezes por semana	4 vezes por semana	5 vezes por semana	6 vezes por semana	7 vezes por semana
Café da manhã / desjejum	10	0	1	1	0	0	0	1
Almoço	0	0	0	0	0	0	0	13
Jantar	0	0	0	0	1	0	0	12
Lanches / Merendas	13	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo

Com relação à alimentação das crianças pertencentes a essas famílias, as informações são apresentadas nas Tabelas 13 a 15. Do total das crianças, verifica-se que em cerca de 97,0% dos casos têm acesso a almoço durante 7 dias da semana e em 87,0% têm acesso a jantar. No caso do desjejum, em cerca de 55,0% das famílias, as crianças nunca têm acesso. Ainda, 84,0% dessas crianças não têm acesso a merendas (Tabela 13).

*TABELA 13. Tipos e Quantidades de Refeições Realizadas pelas Crianças das Famílias*

Refeição	Frequência (31 famílias têm crianças)							
	Nenhuma vez	1 vez por semana	2 vezes por semana	3 vezes por semana	4 vezes por semana	5 vezes por semana	6 vezes por semana	7 vezes por semana
Café da manhã / Desjejum	17	1	3	7	1	0	0	3
Almoço	2	0	0	0	0	0	0	30
Jantar	2	0	0	1	1	0	1	27
Lanches / Merendas	26	0	3	1	1	1	0	0

Fonte: Pesquisa de campo

No meio rural (Tabela 14), as principais refeições são o almoço e o jantar, tendo em vista que 94,5% e 83,0% têm acesso a essas duas refeições, respectivamente, durante toda a semana. Porém, os lanches e o desjejum não são refeições corriqueiras na vida dessas crianças, pois 72,0% e 39,0%, respectivamente, nunca têm acesso a essas refeições.

*TABELA 14. Tipos e Quantidades de Refeições Realizadas pelas Crianças das Famílias Rurais*

Refeição	Frequência (18 famílias têm crianças)							
	Nenhuma vez	1 vez por semana	2 vezes por semana	3 vezes por semana	4 vezes por semana	5 vezes por semana	6 vezes por semana	7 vezes por semana
Café da manhã / Desjejum	7	1	1	6	1	0	0	2
Almoço	1	0	0	0	0	0	0	17
Jantar	1	0	0	1	0	0	1	15
Lanches / Merendas	13	0	2	1	1	1	0	0

Fonte: Pesquisa de campo

Também para as crianças das famílias urbanas, as principais refeições são o almoço e o jantar, pois todas elas têm acesso ao almoço durante toda a semana, e 92,3% delas, a jantar. Por outro lado, o desjejum e os lanches inexistem para respectivamente 69,0% e 92,0% das crianças (Tabela 15).

**TABELA 15. Tipos e Quantidades de Refeições Realizadas pelas Crianças das Famílias Urbanas**

Refeição	Frequência (13 famílias têm crianças)							
	Nenhum a vez	1 vez por semana	2 vezes por semana	3 vezes por semana	4 vezes por semana	5 vezes por semana	6 vezes por semana	7 vezes por semana
Café da manhã / Desjejum	9	0	2	1	0	0	0	1
Almoço	0	0	0	0	0	0	0	13
Jantar	0	0	0	0	1	0	0	12
Lanches / Merendas	12	0	1	0	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo

Com relação aos principais alimentos consumidos no cotidiano das famílias, como era de se esperar, tendo em vista que se espera estar diante de um público de baixíssima renda, são alimentos básicos como feijão, óleos/gorduras, açúcar/doces/rapadura e arroz (Tabela 16). O percentual de famílias que consomem esses alimentos diariamente são, respectivamente, 88,0%, 81,0%, 75,0% e 62,5%. Com relação ao consumo de carnes, 50,0% consomem 3 ou 4 vezes por semana, 28,0% consomem 1 ou 2 vezes por semana e 15,6% raramente consomem este tipo de alimento. Ao lado das carnes, o leite e os ovos são alimentos ricos em proteína animal que não fazem parte das refeições diárias das famílias. Cerca de 69,0% e 56,3% raramente consomem o leite e os ovos, respectivamente, enquanto que 25,0% e 34,4%, respectivamente, nunca têm acesso a esses alimentos.

Além disso, é importante observar que outra parcela importante das famílias dos entrevistados declara nunca ter acesso a frutas (65,6%), peixes (96,9%) e legumes e verduras (37,5%), alimentos ricos em minerais e vitaminas. Sabe-se que a segurança nutricional depende da superação de carências essenciais de minerais e vitaminas que se superpõem e influenciam umas às outras. No caso dos legumes e verduras, pela sua composição em termos de vitaminas, ferro, sais minerais e fibras, existe a recomendação, por parte de especialistas, de que pelo menos quatro porções componham o cardápio diário de um adulto.

**TABELA 16. Tipos de Alimentos e Frequência com que são Consumidos pelas Famílias**

Alimentos	Frequência					
	Diariamente	6 ou 5 vezes por semana	4 ou 3 vezes por semana	2 ou 1 vez por semana	Raramente	Não consome
1. Carnes	0	2	16	9	5	0
2. Peixes	0	0	0	0	1	31
3. Ovos	1	0	0	2	18	11
4. Arroz	20	6	2	4	0	0
5. Feijão	28	3	1	0	0	0
6. Milho / Derivados	5	1	6	4	16	0
7. Tubérculos / Raízes	6	2	1	5	15	2
8. Legumes / Verduras	1	0	0	3	16	12
9. Frutas	0	0	0	1	10	21
10. Leite	0	0	2	0	22	8
11. Queijos / Requeijão	0	0	0	0	0	32
12. Pães / Bolachas	0	0	0	7	21	4
13. Macarrão	0	1	1	4	12	14
14. Açúcar / Doces / Rapadura	24	3	1	2	0	2
15. Margarina / Manteiga / Nata	0	0	1	1	1	28
16. Óleos / Gorduras	26	3	2	0	1	0
17. Outros	0	0	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo

No meio rural, os principais alimentos da composição alimentar dos grupos entrevistados são o feijão, óleos/gorduras, açúcar/doces/rapadura e o arroz, pois são consumidos diariamente por 78,9%, 68,4%, 63,2% e 52,6%, respectivamente, das famílias, todos produtores de energia, uma das necessidades básicas para aqueles que lidam com a agricultura (Tabela 17). As carnes também têm relativa importância na alimentação das famílias rurais, visto que compõem o cardápio de 63,2% delas por 3 ou 4 vezes durante a semana. Por outro lado, 18 (94,7%) das 19 famílias residentes no meio rural informaram que jamais consomem peixes, cuja composição nutricional também é considerada importante na dieta alimentar humana. Além disso, o leite, os legumes e verduras, os ovos, os pães e bolachas e o macarrão raramente são consumidos por cerca de 60% do grupo residente na zona rural.

No que diz respeito às frutas, não são consumidas por grande parte das famílias (52,6%), enquanto que outras tantas (47,2%) raramente as consomem. As frutas têm grande importância na composição da dieta alimentar do dia-a-dia, em virtude do conteúdo equilibrado de nutrientes fundamentais para a manutenção da saúde humana. Entretanto, em geral as populações de baixa renda não têm acesso a esse tipo de alimento, em virtude de serem oferecidas a preços incompatíveis com a capacidade de aquisição dessa camada da população.

*TABELA 17. Tipos de Alimentos e Frequência com que são Consumidos pelas Famílias Rurais*

Alimentos	Periodicidade					
	Diariamente	6 ou 5 vezes por semana	4 ou 3 vezes por semana	2 ou 1 vez por semana	Raramente	Não consome
1. Carnes	0	1	12	2	4	0
2. Peixes	0	0	0	0	1	18
3. Ovos	1	0	0	1	12	5
4. Arroz	10	4	2	3	0	0
5. Feijão	15	3	1	0	0	0
6. Milho / Derivados	4	0	4	3	8	0
7. Tubérculos / Raízes	5	1	0	4	7	2
8. Legumes / Verduras	0	0	0	2	12	5
9. Frutas	0	0	0	0	9	10
10. Leite	0	0	1	0	12	6
11. Queijos / Requeijão	0	0	0	0	0	19
12. Pães / Bolachas	0	0	0	4	11	4
13. Macarrão	0	0	1	2	11	5
14. Açúcar / Doces / Rapadura	12	4	1	2	0	0
15. Margarina / Manteiga / Nata	0	0	0	1	1	17
16. Óleos / Gorduras	13	3	2	0	1	0
17. Outros	0	0	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo

Também no meio urbano, os principais alimentos da composição alimentar do grupo são feijão, óleos/gorduras e arroz. O consumo diário desses produtos é feito por, respectivamente, 100,0%, 100,0%, 92,3% e 76,9% das famílias urbanas pesquisadas (Tabela 18). As carnes não são um componente regular na alimentação do grupo, pois o maior número de famílias (53,8%) tem acesso entre 1 e 2 vezes por semana. Da mesma forma que na zona rural, no meio urbano alguns alimentos importantes para a nutrição humana não fazem parte

da composição alimentar da maioria das famílias. A seguir são enumerados os principais produtos cujo consumo é nulo, bem como a respectiva representação percentual em termos de famílias: peixes, 100%; queijos: 100%; margarinas (92,3%); frutas, 84,6%; legumes e verduras, (53,8%) e ovos (46,2%).

Comparando-se os componentes da alimentação básica nas zonas rural e urbana, observa-se que não há diferenças do ponto de vista da qualidade básica da alimentação (feijão, arroz e gorduras).

Importante observar que a mistura de feijão e arroz equivale a uma combinação protéica de origem vegetal de bom aproveitamento biológico. Esses alimentos se completam, tendo em vista que a quantidade do aminoácido lisina, que é limitante no arroz, é abundante no feijão. Essa condição propicia a síntese da proteína no organismo.

Por outro lado, a carência de proteínas de origem animal é evidente, tendo em vista o baixo consumo de carnes, leite, ovos e peixes.

*TABELA 18. Tipos de Alimentos e Frequência com que são Consumidos pelas Famílias Urbanas*

Alimentos	Frequência					
	Diariamente	6 ou 5 vezes por semana	4 ou 3 vezes por semana	2 ou 1 vez por semana	Raramente	Não consome
1. Carnes	0	1	4	7	1	0
2. Peixes	0	0	0	0	0	13
3. Ovos	0	0	0	1	6	6
4. Arroz	10	2	0	1	0	0
5. Feijão	13	0	0	0	0	0
6. Milho / Derivados	1	1	2	1	8	0
7. Tubérculos / Raízes	1	1	1	1	8	0
8. Legumes / Verduras	1	0	0	1	4	7
9. Frutas	0	0	0	1	1	11
10. Leite	0	0	1	0	10	2
11. Queijos / Requeijão	0	0	0	0	0	13
12. Pães / Bolachas	0	0	0	3	10	0
13. Macarrão	0	0	0	2	1	10
14. Açúcar / Doces / Rapadura	12	0	0	0	0	1
15. Margarina / Manteiga / Nata	0	0	0	0	0	12
16. Óleos / Gorduras	13	0	0	0	0	0
17. Outros	0	0	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo

Aqui cabe lembrar a baixa estatura apresentada pelos entrevistadas (Tabela 2), a qual pode estar relacionada à carência de ingestão de Vitamina A, que prejudica o crescimento e o desenvolvimento do organismo humano nos primeiros anos de vida. A carência de Vitamina A no organismo resulta da falta de ingestão (ou pouca ingestão) de alguns alimentos de origem vegetal (folhas da cor verde-escuro, frutos e verduras nas cores amarelo, alaranjado ou vermelho) e animal (fígado, gema de ovo, leite, manteiga, queijo), todos com baixo índice de consumo cotidiano pelo grupo pesquisado.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos da disponibilidade física de alimentos, existe suficiência alimentar para toda a humanidade. O que significa dizer que a fome no mundo hoje é muito mais uma “questão política e ética”, que poderia ser sanada pela decisão dos governos de garantir o direito de acesso aos alimentos a todos os cidadãos, através da implementação de políticas redistributivas que reduzissem as desigualdades entre os diversos segmentos e estratos sociais.

O acesso aos alimentos é um direito humano fundamental, ao qual as políticas econômicas e comerciais, nacionais e internacionais, deveriam subordinar-se e não sobrepor-se (Pessanha, 1998, citando Drèze e Sen, 1989). Infelizmente, o Brasil acumula essa dívida com grande parte da população, a qual está impossibilitada de exercer o direito fundamental de alimentar-se diariamente em quantidade e qualidade adequadas, por pura incapacidade de acesso aos alimentos, principalmente em virtude de insuficiência de renda.

A pesquisa realizada em Guaribas apresenta fortes indícios de que o nível de pobreza das famílias elegíveis para o PFZ, e conseqüentemente, a situação de insegurança alimentar afetando referidas famílias, decorre de quatro dimensões principais: baixos níveis de escolaridade, precariedade de inserção ocupacional, renda insuficiente e ausência de atendimento das necessidades coletivas. Tais informações atestam a afirmação de Pessanha (1998), de que a capacidade de acesso aos alimentos não se restringe à capacidade de acesso às mercadorias, mas implica também o acesso aos serviços que têm impacto substantivo sobre a nutrição, saúde e bem-estar dos indivíduos, tais como serviços médicos e cuidados de saúde, condições sanitárias e água potável, bem como educação básica.

Porém, é fato que, numa economia de mercado, a oferta de alimentos não garante, por si só, o direito de uma pessoa de consumi-los. Portanto, mudar o perfil de desigualdade do País, implica por um lado, recuperar a capacidade de regulação pública das atividades econômicas, por outro, garantir a vontade política dos partidos e dos governos que se sucederem no comando do País; também, é necessário que a luta contra a fome e o desemprego seja assumida, no seu sentido mais amplo, por toda a sociedade.

Nesse sentido, é fundamental que seja elaborada uma política nacional de segurança alimentar e nutricional, cuja implementação deve envolver ações de diferentes setores de governo e sociedade, o que requer a construção de pactos nacionais mais amplos, abrangendo as esferas da produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e utilização do alimento no nível familiar e biológico.

A intersectorialidade é fundamental para a construção desses pactos nacionais, “necessários para o enfrentamento de problemas complexos que exigem ação integrada”. Contudo, para que ela ocorra, é necessário que haja um processo de construção de acordos políticos em torno de um projeto integrador, capitaneado por um Estado forte. Essa proposta se apresenta como um grande desafio na atual conjuntura, na medida em que há grande fragmentação institucional no Brasil, agravada pela preponderância, em termos de poder, da área econômica sobre a área social.

Mas não há outra saída. Não é possível alterar a atual estrutura socioeconômica brasileira (que produz um abismo entre ricos e pobres) sem que haja uma ação coordenada do Estado, direcionada para unir desenvolvimentos econômico e social. Ou seja, políticas de combate à fome devem ser articuladas com a oferta de outras políticas sociais e de desenvolvimento, tais como saúde, educação, infra-estrutura, emprego e crédito, dentre outras.

Atendidas essas premissas, e considerando as informações obtidas entre beneficiários do Programa Fome Zero em Guaribas, pode-se afirmar que o combate à elevada extensão da pobreza pode realizar-se no curto prazo, com a complementação de renda e, no longo prazo,

com a consolidação de um conjunto articulado de políticas sociais, desde que seja desenvolvida uma metodologia que permita a articulação e a orientação dessas ações.

## **BIBLIOGRAFIA**

BELIK, W. **Segurança alimentar: a contribuição das universidades**. Instituto Ethos. São Paulo:2003.

BNB. **Retrato do município de Guaribas, Piauí**. Fortaleza: BNB-ETENE, 2003.

CNSA (Conferência Nacional de Segurança Alimentar). **Construção de uma política de segurança alimentar e nutricional**. II CNSA. Olinda, mar. 2004.

INSTITUTO DE CIDADANIA. **Política de segurança alimentar para o Brasil**. São Paulo, 2001.

MALUF, R. S. **Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e a segurança alimentar**. São Paulo: Polis Papers 4, 1999.

MESA. **Fome zero**. Brasília, 2003.

PESSANHA, L. D. R. **Segurança alimentar como um princípio orientador de políticas públicas**: implicações e conexões para o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Seropédica, 1998.

TARTAGLIA, J.C. Industrialização, alimentação e segurança alimentar no Brasil. In: DUTRA-DE-OLIVEIRA, J.E.; MARCHINI, J.S. **Ciências nutricionais**. São Paulo: Sarvier, 1998.